



## **Polícia Rodoviária Federal**

### **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**Ministro de Estado da Justiça**  
José Eduardo Martins Cardozo

### **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**Diretor Geral**  
Hélio Cardoso Derenne

### **7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - PARANÁ**

**Superintendente Regional**  
Maria Alice Nascimento Souza

**Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização**  
Gilson Luiz Cortiano

**Chefe da Seção Administrativa e Financeira**  
Andia Nara Guiraud

**Chefe da Seção de Recursos Humanos**  
Adriano Marcos Furtado

**Corregedor Regional**  
Marco Antonio Maia

**Chefe do Núcleo de Apoio Técnico**  
Ricardo Elias Gagini Pagani

**Chefe do Núcleo de Comunicação Social**  
Fabiano Junior Coelho Moreno

**Chefe do Núcleo de Inteligência**  
Rodrigo Kraemer

**Chefe do Núcleo de Operações Especiais**  
Marcelo Cidade Vieira

**Chefe do Núcleo de Multas e Penalidades**

Iraci Gehrke Hui

**Chefe do Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária**

Ana Júlia Tibes Ayala

**Chefe do Núcleo de Orçamento e Finanças**

Sandro Boness

**Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material**

Waltencir Marins dos Santos

**Chefe do Núcleo de Documentação**

Fernando Fonseca Cordeiro

**Chefe do Núcleo de Serviços Gerais**

Carla Cristina Filus

**Chefe do Núcleo de Telemática**

César Antonio Bond Duarte Filho

**Chefe do Núcleo de Administração de Pessoal**

Eloíse Rosário da Silva

**Chefe do Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal**

Theóphilo Lubasinski

**Chefe do Núcleo de Assuntos Internos**

Sérgio Henrique Borges

**Missão Institucional**

Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

7ªSRPRF/PR – 7ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Paraná

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

LOA – Lei Orçamentária Anual

MJ – Ministério da Justiça

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

PRF – Polícia Rodoviária Federal

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UOP – Unidade Operacional (Posto de Fiscalização PRF)

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	3
SUMÁRIO.....	4
INTRODUÇÃO.....	6
A – CONTEÚDO GERAL.....	7
1. Identificação.....	7
1.1. Relatório de gestão individual.....	7
2. Gestão orçamentária e financeira.....	13
2.1. Responsabilidades institucionais.....	13
2.1.1. Contexto de atuação.....	13
2.1.2. Competências Institucionais.....	14
2.1.3. Objetivos estratégicos.....	17
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	18
2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico .....	18
2.2.2. Análise do plano de ação.....	19
2.3. Programas de Governo sob responsabilidade da UJ.....	22
2.3.1. Execução dos Programas de Governo.....	23
2.3.1.1. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal.....	23
2.3.1.2. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais .....	24
2.3.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo .....	26
2.3.2. Execução financeira das ações realizadas.....	27
2.3.3. Execução física das ações realizadas.....	28
2.4. Desempenho orçamentário e financeiro.....	29
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa.....	29
2.4.1.1. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	29
2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa.....	30
2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	30
2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	30
2.4.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação .....	31
2.4.3. Indicadores Institucionais.....	32
3. Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	39
3.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	39
4. Recursos Humanos.....	40
4.1. Composição do quadro de servidores ativos.....	40
4.1.1 Quadro de servidores ativos.....	40
4.1.2 Quadro de recursos humanos por faixa etária – situação apurada em 31/12/2010.....	41
4.1.3 Quadro de recursos humanos por escolaridade – situação apurada em 31/12/2010.....	41
4.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	42
4.2.1 Quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2010.....	42
4.2.2 Quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2010.....	42
4.3. Composição do quadro de Estagiários.....	43
4.4. Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	44

4.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	45
4.5.1. Contratos de prestação de serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	45
4.5.2. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	46
4.5.3. Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	47
4.6. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	48
5. Contratos e Convênios.....	50
6. Entrega e tratamento das declarações de rendas e bens .....	51
7. Funcionamento do sistema de controle interno.....	52
8. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	55
9. Gestão do patrimônio imobiliário.....	58
9.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	58
9.1.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União.....	58
9.1.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros .....	58
9.1.3. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ ...	59
10. Gestão de tecnologia da informação (TI).....	61
11. Utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	62
B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	63
1. Declaração do contador responsável pela UJ.....	63
C – RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	65

## INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e Portaria TCU nº 277/2010, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2010.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos financeiros da 7ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, no Estado do Paraná. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 7ªSRPRF/PR no decorrer do exercício de 2010 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2010 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Unidade, o que possibilita uma perspectiva macro com acompanhamento setorizado.

Informamos que os seguintes itens do Anexo II da DN TCU 107/2010 não se aplicam a realidade desta Unidade Jurisdicionada, assim sendo não constam do presente Relatório: Execução Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ; Reconhecimento de Passivos por insuficiência de Créditos ou Recursos; Transferências; Renúncias Tributária; Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a UJ se vincula; Tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno da UJ.

Quanto ao item Outras informações consideradas relevantes pela UJ para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício destacamos que as informações constantes ao longo do Relatório são suficientes para mensurar a conformidade e o desempenho da gestão da 7ª SRPF/PR.

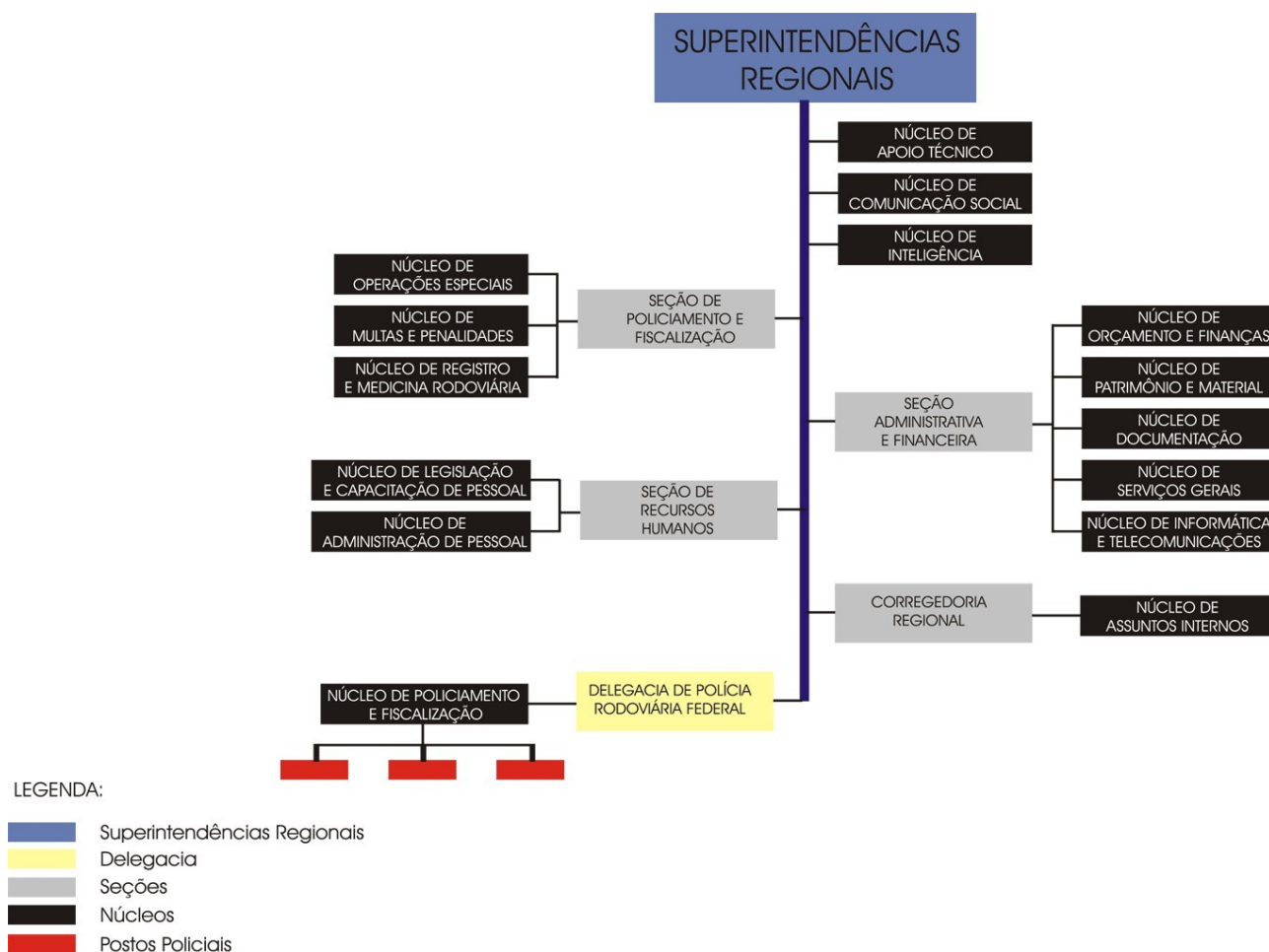
Isto posto, com o presente documento, a 7ªSRPRF/PR encerra o exercício, enaltecendo a missão institucional de “preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã” como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

**A – CONTEÚDO GERAL****1. IDENTIFICAÇÃO****1.1. Relatório de Gestão Individual**

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal / MJ		Código SIORG: 000704
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: 7ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal - Paraná		
Denominação abreviada: 7ªSRPRF/PR		
Código SIORG: 002832	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 200118
Situação: Ativa		
Natureza jurídica: Órgão Público da administração direta do Poder Executivo		
Principal atividade: Segurança e ordem pública	Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones de contato: (41) 3535-1910 / 3535-1999	Fax de contato: (41) 3535-1999	
Endereço eletrônico: <a href="mailto:sup.pr@dprf.gov.br">sup.pr@dprf.gov.br</a>		
Página institucional na internet: <a href="http://www.dprf.gov.br">www.dprf.gov.br</a>		
Endereço Postal: Rodovia BR 476 (antiga BR 116), nº 3.312, bairro Bacacheri, Curitiba/PR, CEP 82590-100		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normativos de criação e alteração da UJ: Constituição Federal (Art. 144), Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Decreto nº 1.655/1995.		
Outras normas infralegais: Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça.		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
200109	Depto. de Polícia Rodoviária Federal.	
200230	Depto. de Polícia Rodov. Federal – Dir. Geral	

200118	7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200109	00001
200230	00001
200118	00001

A estrutura administrativa da 7ªSRPRF/PR é composta da seguinte forma:





Sob o comando da Seção de Policiamento e Fiscalização funcionam ainda as seguintes estruturas:

- Central de Informações Operacionais – CIOP, responsável pelo registro e troca de informações entre as diversas áreas operacionais, bem como com os usuários das rodovias, principalmente através do número de emergência da PRF – 191;
- Base da Divisão de Operações Aéreas, no aeroporto do Bacacheri em Curitiba, para a qual contamos com um helicóptero e sua tripulação altamente capacitada para resgates e operações de combate ao crime; e
- Canil, o qual possui cães treinados para combate ao tráfico de drogas e outros ilícitos.

No ano de 2009, a 7ªSRPRF/PR retomou a fiscalização e policiamento ostensivo de todos os trechos de rodovias federais no Estado do Paraná (decisão do 4º Tribunal Regional Federal na Ação Rescisória nº 2007.04.00.021613-1/PR), aumentando sua circunscrição de rodovias policiadas de 1.183,8 Km para 3.497,6 Km, bem como somando, às 18 Unidades Operacionais (UOPs - postos de fiscalização) existentes, outras 24 UOPs até então sob controle da Polícia Militar do Estado do Paraná.

No momento seguinte a esta retomada, para melhor aproveitar o seu efetivo disponível e atender às novas demandas, a 7ªSRPRF/PR optou por desativar 3 UOPs, ficando com 39 UOPs no Estado do Paraná.

Entretanto, em novembro de 2010, foram efetivadas, por parte do Ministério dos Transportes, incorporações à rede rodoviária federal de segmentos de rodovias estaduais de transição (PRT), as quais passaram a ser rodovias federais e, portanto, sob circunscrição da Polícia Rodoviária Federal: BR 153 (Km 111,6 a 160,6 e Km 294,8 a 426,3), BR 158 (Km 225,5 a 290,4 e Km 323,4 a 393,1) e BR 163 (Km 9,0 a 192,1 e Km 242,2 a 281,1).

Dessa forma a malha rodoviária sob circunscrição da 7ªSRPRF/PR passou a ser de 4.042,8 Km, bem como foram incorporadas mais 3 UOPs que, até então, pertenciam à Polícia Militar do Estado do Paraná.

Portanto, para atender aos seus objetivos institucionais e abranger todo o Estado do Paraná (4.042,8 Km de rodovias federais policiadas), a 7ªSRPRF/PR possui em sua estrutura 7 delegacias desconcentradas e 42 Unidades Operacionais (UOPs - postos de fiscalização), cada qual sendo responsável por uma parte da malha viária federal, conforme distribuição geográfica abaixo representada:

<p><b>Delegacia 7/1 – Colombo</b></p> <p>- BR 116, do Km 0 (Campina Grande do Sul - divisa com São Paulo) ao Km 211,8 (Rio Negro - divisa com Santa Catarina), incluindo o Acesso Curitiba</p> <p>- BR 277, do Km 0 (Paranaguá) ao Km 170 (Palmeira)</p> <p>- BR 376, do Km 530,1 (Balsa Nova) ao Km 682,1 (Guaratuba - divisa com Santa Catarina), incluindo Acesso São José dos Pinhais e Curitiba</p> <p>- BR 476, do Km 0 (Adrianópolis - divisa com São Paulo) ao Km 197,9 (Curitiba), incluindo a Linha Verde de Curitiba</p>	UOP Fari (Contorno Leste) – BR 116 – Km 95 – São José dos Pinhais
	UOP Bolinelli (Taquari) – BR116 – Km 56 – Campina Grande do Sul
	UOP Mandirituba – BR 116 – Km 137 – Mandirituba
	UOP Barigui – BR 277 – Km 100 – Curitiba
	UOP São Luiz do Purunã – BR 277 – Km 140 – Balsa Nova
	UOP Wanser – BR 277 – Km 59 – São José dos Pinhais
	UOP Alexandra – BR 277 – Km 12 – Paranaguá
	UOP Contenda – BR 376 – Km 634 – São José dos Pinhais
	UOP Alto da Serra – BR 376 – Km 666 – Guaratuba
UOP Araucária – BR 476 – Km 158 – Araucária	
<p><b>Delegacia 7/2 – Pato Branco</b></p> <p>- BR 153, do Km 388,9 (Paulo Frontin) ao Km 513,8 (General Carneiro)</p> <p>- BR 158, do Km 491,5 (Coronel Vívica) ao Km 528,4 (Pato Branco)</p> <p>- BR 163, do Km 0 (Dionísio Cerqueira) ao Km 129,3 (Realeza)</p> <p>- BR 280, do Km 255,2 (Marmeleiro) ao Km 327,2 (Dionísio Cerqueira)</p> <p>- BR 373, do Km 429,5 (Chopininho) ao Km 481,3 (Coronel Vívica)</p> <p>- BR 476, do Km 198 (Lapa) ao Km 364 (divisa PR/SC - municípios União da Vitória/ Porto União)</p>	UOP Pato Branco – BR 158 – Km 520 – Pato Branco
	UOP União da Vitória – BR 153 – Km 462 – Porto Vitória
	UOP São Mateus do Sul – BR 476 – Km 273 – São Mateus do Sul
	UOP Planalto – BR 163 – Km 83 – Planalto
<p><b>Delegacia 7/3 – Ponta Grossa</b></p> <p>- BR 153, do Km 160,6 (Ventania)</p>	UOP Caetano - BR-373, Km 184,1 - Ponta Grossa

ao Km 388,8 (Mallet)	UOP Guará - BR-277, Km 318,9 - Guarapuava
- BR 277, do Km 170,1 (Palmeira ) ao Km 398,9 (Três Pinheiros)	UOP Furnas - BR-376, Km 509 - Ponta Grossa
- BR 373, do Km 171,8 (Ponta Grossa) ao Km 284,5 (Prudentópolis)	UOP Irati - BR-277, Km 245 - Irati
- BR 373, do Km 382 (Três Pinheiros) ao Km 429,4 (Chopinzinho)	
- BR 376, do Km 348,6 (Ortigueira) ao Km 530 (Ponta Grossa)	UOP Imbaú - BR-376, Km 412 - Imbaú
<b>Delegacia 7/4 – Cascavel</b>	
- BR 158, do Km 0 (Campo Mourão) ao Km 21 (Campo Mourão)	UOP Cascavel - BR-277, Km 580 - Cascavel
- BR 158, do Km 196,3 (Peabirú) ao Km 290,4 (Campo Mourão)	UOP Catanduvas - BR-277, Km 549 - Catanduvas
- BR 158, do Km 323,4 (Laranjeiras do Sul) ao Km 464,8 (Chopinzinho)	UOP Laranjeiras do Sul - BR-277, Km 451- Laranjeiras do Sul
- BR 272, do Km 361 (Campo Mourão - Avenida Perimetral Tancredo Neves) ao Km 431,8 (Goio Erê)	UOP Ubiratã - BR-369, Km 446 - Ubiratã
- BR 277, do Km 399 (Três Pinheiros) ao Km 603 (Cascavel - Capitão Leônidas Marques)	UOP Campo Mourão - BR-369, Km 365 - Campo Mourão
- BR 369, do Km 357,5 (Campo Mourão) ao Km 524,6 (Cascavel)	
- BR 467, do Km 71,5 (Toledo) ao Km 117 (Cascavel)	UOP Lindoeste - BR-163, Km 172,5 - Lindoeste
- BR 487, do Km 117,1 (Cruzeiro do Oeste) ao Km 253,3 (Iretama)	
<b>Delegacia 7/5 – Foz do Iguaçu</b>	
- BR 277 do Km 603,1 (Cascavel -	UOP Santa Terezinha do Itaipú - BR-277, Km 714 - Sta Teresinha do Itaipú

<p>Trevo Capitão Leônidas Marques) ao Km 731,3 (Foz do Iguaçu), incluindo a Ponte Internacional da Amizade (fronteira Brasil - Paraguai)</p> <p>- BR 469, do Km 0 ao Km 33 (Foz do Iguaçu), incluindo a Ponte Tancredo Neves (fronteira Brasil - Argentina)</p> <p>- BR 600, do Km 0 ao Km 6,8 (Foz do Iguaçu - acesso à Usina de Itaipu)</p>	UOP Céu Azul - BR-277, Km 644 - Céu Azul
	UOP Ponte Internacional da Amizade - BR-277, Km 730 - Foz do Iguaçu
	UOP Ponte Tancredo Neves - BR-469, Km 12,7 - Foz do Iguaçu (Aduana da Receita Federal do Brasil)
<p><b>Delegacia 7/6 – Guaíra</b></p> <p>- BR 163, do Km 242,2 (Toledo) ao Km 354,2 (Guaíra), incluindo a Ponte Ayrton Senna (acesso ao Paraguai)</p> <p>- BR 272, do Km 521 (Francisco Alves) ao Km 567,3 (Guaíra)</p> <p>- BR 487, do Km 0 (Porto Camargo) ao Km 12 (Icaraíma)</p>	UOP Ponte Airton Senna – BR 163, Km 350 - Guaíra
	UOP Guaíra – BR 272, Km 561,8 - Guaíra
	UOP Porto Camargo – BR 487, Km 3 – Alto Paraíso
	UOP Quatro Pontes – BR 163, Km 278 – Quatro Pontes
<p><b>Delegacia 7/7 – Londrina</b></p> <p>- BR 153, do Km 0 (Jacarezinho) ao Km 160,5 (Ventania)</p> <p>- BR 369, do Km 0 (Divisa de Estados PR/SP) ao Km 248,5 (Bom Sucesso)</p> <p>- BR 376, do Km 31 (Nova Londrina) ao Km 348,5 (Ortigueira)</p>	UOP Ibiporã - BR-369, Km 131 - Ibiporã
	UOP Mauá da Serra - BR-376, Km 297 - Mauá da Serra
	UOP Apucarana - BR-376, Km 247 - Apucarana
	UOP Marialva - BR-376, Km 190 - Marialva
	UOP Paranavaí - BR-376, Km 108 - Paranavaí
	UOP Cornélio Procópio - BR-369, Km 83 - Cornélio Procópio
	UOP Cambará - BR-369, Km32,2 - Cambará
	UOP Santo Antônio da Platina - BR-153, Km 39 - Santo Antônio da Platina
UOP Ibaiti - BR-153, Km 105 - Ibaiti	

## **2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

### **2.1. Responsabilidades institucionais**

#### 2.1.1. Contexto de atuação

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da publicação “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável de 2010”, o índice de mortes por acidentes de trânsito no país cresceu 11% em 15 anos passando de 18,3 a cada 100 mil habitantes em 1992 para 20,3 em 2007 (incremento absoluto de dois óbitos por 100 mil habitantes no período). No Brasil, cerca de 39 mil pessoas morrem, por ano, vítimas de acidentes de trânsito, o que representa cerca de 106 mortes por dia.

Segundo o relatório, os acidentes de trânsito, por serem um dos fatores que ameaçam a segurança física dos cidadãos, refletem diretamente na qualidade de vida da população, que é um dos aspectos essenciais na busca do desenvolvimento sustentável.

O estudo diz ainda que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera os acidentes de trânsito como um dos maiores problemas de saúde pública no mundo, especialmente nos países em desenvolvimento, uma consequência da acelerada urbanização e motorização, que não é acompanhada na mesma proporção pela infraestrutura e pela educação.

Nesse ponto vale a pena citar os dados de outro estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em 2006, o qual afirma que os acidentes de trânsito, somente em rodovias brasileiras, custam anualmente cerca de R\$ 22 bilhões ao país, o que equivale a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Esse estudo levou em consideração: danos materiais (veículos, objetos, equipamentos, carga), tratamento das vítimas (pré-hospitalar, hospitalar e pós-hospitalar), custos de perda de produção do indivíduo morto ou inválido, dentre outras variáveis.

A Polícia Rodoviária Federal, como órgão do Sistema Nacional de Trânsito, tem papel fundamental na mitigação desse problema, haja vista que a atribuição primária e prioritária desse órgão é a redução dos acidentes de trânsito nas rodovias federais, seja através da fiscalização, seja através das campanhas e ações de conscientização da sociedade.

Voltando ao estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este aponta ainda que a taxa de homicídios no país também é muito preocupante, sendo, em 2007, de 25,4 por 100 mil habitantes. Alta de 32% em relação a 1992, quando era de 19,2. E, nesse ponto, vale ressaltar que uma grande parte destes homicídios são decorrentes do tráfico de drogas e de armas, os quais se utilizam, dentre outros canais, das rodovias federais para movimentar seus produtos ilícitos.

O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário, segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte – CNT. Diante deste volume, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá nas rodovias federais e é nesse ponto que a

autuação da Polícia Rodoviária Federal é fundamental, sendo este o órgão no âmbito federal especializado em combater esta criminalidade e promover a segurança pública nas rodovias brasileiras.

As rodovias são utilizadas para o tráfico de entorpecentes, de armas, de pessoas, de madeira ou de animais silvestres, para o contrabando e o descaminho, para a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), para o transporte de produtos e subsídios do crime, para a fuga de criminosos e foragidos em geral, para os chamados crimes de trânsito (Código de Trânsito Brasileiro), para os crimes de evasão fiscal e de divisas, para assaltos a cargas e a passageiros, dentre muitos outros.

Outro ponto a se destacar é que as rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois elas são o elo de integração nacional. Se, por um lado, os governos possuem programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado, a situação de infra-estrutura e segurança pública nas rodovias federais pode afastar turistas, empresários e transportadores de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança. Além disso, esta insegurança acaba por acrescer os valores de frete e de transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais, que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando, por conseguinte, o custo de vida e o impacto econômico da sociedade como um todo.

Nesse contexto, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, a Polícia Rodoviária Federal pode servir como articulador direto dos planos nacionais de segurança pública, pois é constituído de cerca de 600 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3.500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Em muitas localidades do país a Polícia Rodoviária Federal chega a ser o único contato direto e identificado do Estado com a população.

### 2.1.2. Competências Institucionais

A Constituição Federal do Brasil prevê a existência e manutenção da Polícia Rodoviária Federal como órgão da União promotor da segurança pública nacional:

*“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:*

*(...)*

*II - polícia rodoviária federal;*

*(...)*

*§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)”*

Já o Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 define as competências legais da Polícia Rodoviária Federal:

*“Art. 1º À Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, no âmbito das rodovias federais, compete:*

*I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;*

*II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;*

*III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;*

*IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;*

*V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;*

*VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;*

*VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;*

*VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;*

*IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);*

*X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis”*

A Polícia Rodoviária Federal também é explicitamente citada no Código de Trânsito Brasileiro (na Lei nº 9.503/97):

*“Art. 7º Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:*

*(...)*

*V - a Polícia Rodoviária Federal;*

*(...)*

*Art. 20. Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:*

*I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;*

*II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio*



da União e o de terceiros;

*III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;*

*IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;*

*V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;*

*VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;*

*VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;*

*VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;*

*IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;*

*X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;*

*XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.”*

De forma geral, cabe à Polícia Rodoviária Federal garantir que o trânsito de pessoas e mercadorias, nas rodovias federais, seja feito de forma contínua e segura, através da coordenação e fiscalização desse trânsito. Compete também a esse órgão policial impedir que essa estrutura rodoviária seja utilizada para fins ilícitos, tais como tráfico de entorpecentes, de armas, de pessoas, de madeira ou de animais silvestres, contrabando, descaminho, prostituição infantil, trânsito de bens roubados, fuga de pessoas foragidas da justiça, dentre outros ilícitos.

Um outro campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal é no controle das manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população.

Podemos citar também, como área de atuação da Polícia Rodoviária Federal, o apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como, por exemplo, enchentes, queimadas e queda de barreiras.



### 2.1.3. Objetivos estratégicos

Inicialmente, cumpre-nos informar que entendemos que o “nível estratégico” da instituição Departamento de Polícia Rodoviária Federal está na sua alta administração, ou seja, nas figuras do Diretor-Geral e dos Coordenadores-Gerais. Portanto, a Unidade Jurisdicionada 7ªSRPRF/PR não tem um planejamento estratégico autônomo, agindo nos níveis táticos e operacionais, conforme determinações estratégicas traçadas pela Direção-Geral do DPRF.

Posto isso e em coerência com as informações e considerações apresentadas nos itens anteriores, o DPRF adotou como objetivos estratégicos os indicadores e metas físicas do Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, constante do Plano Plurianual 2008-2011:

#### Redução dos acidentes nas rodovias federais

Indicador: Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – quantidade de acidentes nas rodovias federais a cada 1.000.000 de veículos da frota nacional (o índice original do PPA 2008-2011 foi calculado com base em 10.000 veículos da frota nacional, mas, quando este é trazido para o âmbito de apenas uma regional, o índice acaba ficando com valores muito baixos, reduzidos a décimos e centésimos, e, por isso, adotamos a base de 1.000.000 de veículos da frota nacional).

Meta de redução definida para o DPRF para o ano 2010:

2.600 acidentes / 1.000.000 de veículos da frota nacional

Meta de redução definida para a 7ªSRPRF/PR para o ano 2010:

298,93 acidentes / 1.000.000 de veículos da frota nacional

#### Redução das mortes nas rodovias federais

Indicador: Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais - quantidade de mortes nas rodovias federais a cada 1.000.000 de veículos da frota nacional (o índice original do PPA 2008-2011 foi calculado com base em 10.000 veículos da frota nacional, mas, quando este é trazido para o âmbito de apenas uma regional, o índice acaba ficando com valores muito baixos, reduzidos a décimos e centésimos, e, por isso, adotamos a base de 1.000.000 de veículos da frota nacional).

Meta de redução definida para o DPRF para o ano 2010:

140 mortes / 1.000.000 de veículos da frota nacional

Meta de redução definida para a 7ªSRPRF/PR para o ano 2010:

13,49 mortes / 1.000.000 de veículos da frota nacional

#### Incremento da sensação de segurança nas rodovias federais

Indicador: Sensação de Segurança nas Rodovias Federais – índice resultante da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras em trânsito nas rodovias federais a partir do levantamento de determinada amostra, mediante pesquisa.

Meta de incremento definida para o DPRF para o ano 2010:

76% de “sensação de segurança”

Meta de incremento definida para a 7ªSRPRF/PR para o ano 2010:

76% de “sensação de segurança”

## 2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

### 2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico

#### Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais (Paraná)

PERÍODO	QTD. ACIDENTES PARANÁ *	FROTA VEÍCULOS BRASIL **	ACIDENTES PARANÁ / 1.000.000 VEÍCULOS BRASIL	META DE REDUÇÃO (7ªSRPRF/PR)	PERCENTUAL DA META ALCANÇADO
2008	9.539	54.506.661	175,01	168,63	96,36%
2009	15.297	59.361.642	257,69	165,62	64,27%
2010	20.457	64.817.974	315,61	298,93	94,72%
2011	---	---	---	291,32	---

\* Fonte: Relatório Operacional Diário – ROD

\*\* Fonte: DENATRAN – Quantitativo da frota nacional de veículos ao final do ano

Analisando-se o quadro acima, nota-se que em 2008 a 7ªSRPRF/PR esteve muito próxima de atingir a meta de redução de acidentes proposta.

Já em 2009, a meta definida se tornou inadequada com a realidade, haja vista que no mês de maio deste ano houve a retomada das rodovias que se encontravam sob fiscalização da Polícia Militar do Estado, aumentando a circunscrição da regional de 1.183,8 Km para 3.497,6 Km, 195% a mais.

Para o ano de 2010 a meta foi recalculada frente à nova circunscrição da 7ªSRPRF/PR, e esta mais uma vez esteve bem próxima de atingir esta meta.

Os principais motivos que têm impedido a 7ªSRPRF/PR de atingir seus objetivos de redução de acidentes são:

- o efetivo muito aquém da necessidade, principalmente depois da assunção de mais 2.859 Km de rodovias federais, sem o acréscimo proporcional no quadro de pessoal;
- a situação precária de alguns trechos e postos de fiscalização “herdados” do Governo Estadual na retomada das rodovias federais;
- o desgaste e desmotivação dos policiais frente a estas limitações.

#### Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (Paraná)

PERÍODO	QTD. MORTES PARANÁ *	FROTA VEÍCULOS BRASIL **	MORTES PARANÁ / 1.000.000 VEÍCULOS BRASIL	META DE REDUÇÃO (7ªSRPRF/PR)	PERCENTUAL DA META ALCANÇADO
2008	289	54.506.661	5,30	5,79	109,20%
2009	533	59.361.642	8,98	5,55	61,81%
2010	704	64.817.974	10,86	13,49	124,20%
2011	---	---	---	11,31	---

\* Fonte: Relatório Operacional Diário – ROD

\*\* Fonte: DENATRAN – Quantitativo da frota nacional de veículos ao final do ano

Com relação à redução da taxa de mortalidade, a 7ªSRPRF/PR tem sido bem sucedida no atingimento de suas metas, descontando o ano de 2009 no qual a meta não estava adequada pelos motivos já explanados.

Isso demonstra que a letalidade dos acidentes está sendo controlada, principalmente através do foco no combate às causas mais comuns de acidentes graves e mortes: ultrapassagem em local proibido, excesso de velocidade, embriaguez no volante, etc.

### Sensação de Segurança nas Rodovias Federais (Paraná)

O indicador não foi medido por falta de recursos financeiros para execução da pesquisa.

#### 2.2.2. Análise do plano de ação

Nesse item optamos por apresentar os objetivos táticos adotados pela 7ªSRPRF/PR para o atingimento dos objetivos institucionais (redução de acidentes e mortes nas rodovias e incremento da sensação de segurança dos usuários de rodovias).

Relacionamos também os indicadores de desempenho adotados para medir o andamento de cada um deles.

No item 2.4.3 apresentaremos os resultados dos indicadores de desempenho que já estão implantados e, portanto, sendo medidos e acompanhados.

OBJETIVO TÁTICO	<b>AUMENTAR A FISCALIZAÇÃO E A VISIBILIDADE DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO	VER ITEM 2.4.3
	AValiação DE DESEMPENHO INDIVIDUAL MÉDIA	VER ITEM 2.4.3
	HORAS EM RONDA E EM ESTACIONAMENTO TÁTICO	EM IMPLANTAÇÃO
	EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA OPERACIONAIS	VER ITEM 2.4.3

OBJETIVO TÁTICO	<b>COMBATER AS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E A CRIMINALIDADE</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	AUTOS DE INFRAÇÃO EXTRAÍDOS	VER ITEM 2.4.3
	VEÍCULOS RECOLHIDOS	VER ITEM 2.4.3
	DOCUMENTOS RETIDOS	VER ITEM 2.4.3
	OCORRÊNCIAS DE CRIME NAS RODOVIAS	VER ITEM 2.4.3
	APREENSÕES REALIZADAS	VER ITEM 2.4.3
	PESSOAS DETIDAS	VER ITEM 2.4.3

OBJETIVO TÁTICO	<b>REDUZIR O TEMPO DE RESPOSTA A COMUNICAÇÕES DE OCORRÊNCIAS</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA A COMUNICAÇÕES DE OCORRÊNCIAS	EM IMPLANTAÇÃO
	PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DE LIGAÇÕES 191	VER ITEM 2.4.3

OBJETIVO TÁTICO	<b>MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	ÍNDICE DE SENSÇÃO DE SEGURANÇA	EM IMPLANTAÇÃO
	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS DA PRF	EM IMPLANTAÇÃO
	AValiação DE DESEMPENHO INDIVIDUAL (VERSÃO 2)	EM IMPLANTAÇÃO

OBJETIVO TÁTICO	<b>INVESTIR EM AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	AÇÕES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO	EM IMPLANTAÇÃO
	COMANDOS PREVENTIVOS DE SAÚDE	VER ITEM 2.4.3

OBJETIVO TÁTICO	<b>FORTALECER A IMAGEM INSTITUCIONAL DA PRF</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	VISIBILIDADE DA PRF NA MÍDIA	EM IMPLANTAÇÃO
	MATÉRIAS PUBLICADAS COM A PARTICIPAÇÃO DO NUCOM	VER ITEM 2.4.3

OBJETIVO TÁTICO	<b>COMBATER OS DESVIOS DISCIPLINARES</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	COEFICIENTE DE APURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES	VER ITEM 2.4.3
	PENALIDADES DISCIPLINARES APLICADAS	VER ITEM 2.4.3

OBJETIVO TÁTICO	<b>MELHORAR A APARÊNCIA E A INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS	VER ITEM 2.4.3
	ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	EM IMPLANTAÇÃO

OBJETIVO TÁTICO	<b>SUBSIDIAR A MELHORIA ESTRUTURAL DAS RODOVIAS</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO ESTRUTURAL DAS RODOVIAS	EM IMPLANTAÇÃO
	COMUNICAÇÕES DE INADEQUAÇÕES EM RODOVIAS	EM IMPLANTAÇÃO

OBJETIVO TÁTICO	<b>INTERAGIR MAIS EFETIVAMENTE COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES, PÚBLICAS OU PRIVADAS, RELACIONADAS ÀS ATRIBUIÇÕES DA PRF</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	OPERAÇÕES CONJUNTAS REALIZADAS	EM IMPLANTAÇÃO
	CONVÊNIOS MANTIDOS	VER ITEM 2.4.3

OBJETIVO TÁTICO	<b>UTILIZAR CADA VEZ MAIS A INTELIGÊNCIA POLICIAL NO PLANEJAMENTO E NA EXECUÇÃO OPERACIONAL</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL	VER ITEM 2.4.3
	SERVIÇOS OPERACIONAIS DE INTELIGÊNCIA	VER ITEM 2.4.3

OBJETIVO TÁTICO	<b>PROMOVER A CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	PERCENTUAL DE SERVIDORES CAPACITADOS	VER ITEM 2.4.3

OBJETIVO TÁTICO	<b>ADEQUAR A QUANTIDADE DE SERVIDORES ÀS DEMANDAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DISPONÍVEL	EM IMPLANTAÇÃO

OBJETIVO TÁTICO	<b>MELHORAR A QUALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	NÍVEL DE SATISFAÇÃO EXTERNA COM OS SERVIÇOS DA PRF	EM IMPLANTAÇÃO
	NÍVEL DE SATISFAÇÃO INTERNA COM OS SERVIÇOS DAS ÁREAS-MEIO	EM IMPLANTAÇÃO
	AVALIAÇÃO GERAL DE TODOS OS INDICADORES DE DESEMPENHO	VER ITEM 2.4.3

OBJETIVO TÁTICO	<b>AUMENTAR A PRODUTIVIDADE INDIVIDUAL DOS SERVIDORES</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL MÉDIA	VER ITEM 2.4.3

OBJETIVO TÁTICO	<b>AUMENTAR A SATISFAÇÃO E A MOTIVAÇÃO DOS SERVIDORES</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL	EM IMPLANTAÇÃO

OBJETIVO TÁTICO	<b>REDUZIR O ABSENTEÍSMO ENTRE OS SERVIDORES</b>	
INDICADORES DESEMPENHO	ÍNDICE DE AFASTAMENTOS MÉDICOS	VER ITEM 2.4.3
	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL (VERSÃO 2)	EM IMPLANTAÇÃO

### 2.3. Programas de Governo sob responsabilidade da UJ

As despesas da 7ªSRPRF/PR se distribuíram, no exercício de 2010, em quinze Ações Orçamentárias, pertencentes a seis Programas diferentes, sendo os três primeiros de gestão direta do DPRF, e os três últimos de atuação indireta deste órgão, recebendo e executando recursos financeiros mediante convênios ou acordos com os órgãos gestores dos mesmos, quais sejam: Ministério da Educação e Cultura (Programa 1449), Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT / Ministério dos Transportes (Programa 1463) e o próprio Ministério da Justiça (Programa 1453) :

Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais

Programa 0750 – Apoio Administrativo

Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Programa 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais

Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Programa 1463 – Qualidade dos Serviços de Transporte

Dessa forma, a 7ªSRPRF/PR, como uma unidade descentralizada do DPRF, mesmo nas Ações Orçamentárias geridas por esse órgão, tem um papel mais de execução do que propriamente de decisão na aplicação dos recursos financeiros. Portanto, a 7ªSRPRF/PR não possui nenhum Programa ou Ação sob sua responsabilidade direta.

Os Coordenadores das Ações Orçamentárias do DPRF, todos lotados na sede do órgão, em Brasília, costumam adotar estratégias diferentes para aplicação dos recursos financeiros por eles geridos e a 7ªSRPRF/PR, embora sempre apresente demandas e sugestões, fica submetida a essas estratégias.

Nesse ponto podemos citar algumas diferentes estratégias utilizadas pelos Coordenadores das Ações Orçamentárias, para aplicação dos recursos financeiros do DPRF, incluindo aqueles destinados a diárias e passagens aéreas:

- Descentralização proporcional dos recursos financeiros para que cada regional os aplique da forma que melhor decidir;
- Descentralização dos recursos financeiros conforme as regionais forem apresentando suas demandas e essas forem sendo acatadas;
- Descentralização dos recursos financeiros para que cada regional simplesmente os execute conforme decisão do Coordenador da Ação Orçamentária, em geral tomada de forma participativa;
- Compras e contratações são efetuadas de forma centralizada, pelo DPRF ou por uma regional selecionada, para todo o país ou para uma determinada região;
- Uma regional realiza um registro de preços e outras regionais aderem a esse registro, conforme suas necessidades ou conforme decisão do Coordenador da Ação Orçamentária, normalmente tomada de forma participativa.

Em geral, a chefia central cada área do DPRF (policciamento e fiscalização, administrativa e financeira, corregedoria, tecnologia da informação, comunicação social, inteligência, etc) convoca os representantes da área de cada regional, uma ou duas vezes ao ano, para juntos discutirem, dentre outros assuntos, a melhor aplicação dos recursos financeiros. Isso tem se tornado cada vez mais comum, embora ainda não seja uma regra.

Outro ponto que podemos destacar, com relação à apresentação dos resultados do Programas e das Ações Orçamentárias, é que, por ser apenas uma regional do DPRF, a análise comparativa entre previsão e execução das metas físicas e financeiras, no âmbito da 7ªSRPRF/PR, fica extremamente prejudicada, se não inviabilizada. As metas estabelecidas dizem respeito a toda a Ação Orçamentária, que tem âmbito nacional, e essa regional executa apenas a parte que lhe cabe e, em geral, nem sequer tem conhecimento da aplicação do restante do recurso ou do atingimento das metas nacionais propostas. Em suma, as metas adotadas para as Ações Orçamentárias não são regionais e as poucas iniciativas dos coordenadores em particioná-las por regionais ainda não surtiram o efeito desejado.

Vale ressaltar que os indicadores dos Programas 0663 e 1386, por se tratarem de índices, coeficientes e porcentagens, são passíveis de ser calculados e analisados regionalmente, em especial numa comparação com anos anteriores.

Diante dessas informações, acreditamos que a análise da participação da 7ªSRPRF/PR nos Programas de Governo deve ser feita tendo por base o Relatório de Gestão do DPRF (órgão central), uma vez que esse último traz uma visão mais global de cada Programa e de cada Ação Orçamentária, bem como é elaborado pelos próprios coordenadores, os quais, efetivamente, detêm as informações globais sobre os recursos financeiros e sua aplicação.

Mesmo assim, optamos por apresentar neste relatório os dados básicos dos Programas e Ações nos quais a 7ªSRPRF/PR teve participação em 2010, com objetivo de demonstrar, mesmo que de forma limitada, os resultados advindos da aplicação de seus recursos financeiros.

### 2.3.1. Execução dos Programas de Governo

#### 2.3.1.1. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1386	Denominação: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Objetivos específicos	1D49 - Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia

		Rodoviária Federal 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal				
Gerente de programa		Hélio Cardoso Derenne				
Gerente Executivo		Ricardo Max de Oliveira Pereira – CGPLAM				
Indicadores ou parâmetros utilizados		Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas				
Público Alvo		Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$	
Dotação (total nacional)		Despesa empenhada (7ªSRPRF/PR)	Despesa liquidada (7ªSRPRF/PR)	Restos a Pagar não processados (7ªSRPRF/PR)	Valores Pagos (7ªSRPRF/PR)	
Inicial	Final					
76.257.323	83.472.406	11.916.420,59	761.597,54	11.154.823,05	761.597,54	
Informações sobre os resultados alcançados						
Indicador: Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício (7ªSRPRF/PR)	Índice atingido no exercício (7ªSRPRF/PR)
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	02/01/07	56,12	80,00	Não foi estipulada meta regional	Não foi estipulada meta regional
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de unidades operacionais que possuem estrutura adequada em relação ao total de unidades operacionais existentes.						
Análise do Resultado Alcançado						
Devido as restrições orçamentárias o programa, em nível nacional, não atingiu a meta estabelecida de 76,67%, entretanto para o exercício de 2011 os projetos de reforma das bases operacionais estarão aptos a serem executados, juntamente com a renovação do parque de TI o que poderá reverter a tendência de não atingimento da meta final estabelecida para o PPA 2008-2011 de 80%.						

### 2.3.1.2. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0663	Denominação: Segurança pública nas rodovias federais
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Objetivos específicos	Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais



Gerente de programa		Hélio Cardoso Derenne				
Gerente Executivo		Alvarez Simões Filho				
Indicadores ou parâmetros utilizados		Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais; Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais; Sensação de Segurança nas Rodovias Federais.				
Público Alvo		Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$		
Dotação (total nacional)		Despesa empenhada (7ªSRPRF/PR)	Despesa liquidada (7ªSRPRF/PR)	Restos a Pagar não processados (7ªSRPRF/PR)	Valores Pagos (7ªSRPRF/PR)	
Inicial	Final					
326.344.554	701.823.554	3.023.152,01	2.967.517,50	55.634,51	2.956.320,50	
Informações sobre os resultados alcançados						
Indicador: Taxa de mortalidade nas rodovias federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício (7ªSRPRF/PR)	Índice atingido no exercício (7ªSRPRF/PR)
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade	02/01/2007	1,51	1,35	0,1349	0,1086
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
Com relação à redução da taxa de mortalidade, a 7ªSRPRF/PR tem sido bem sucedida no atingimento de suas metas, descontando o ano de 2009 no qual a meta não estava adequada pelos motivos já explanados.						
Isso demonstra que a letalidade dos acidentes está sendo controlada, principalmente através do foco no combate às causas mais comuns de acidentes graves e mortes: ultrapassagem em local proibido, excesso de velocidade, embriaguez no volante, etc.						
Indicador: Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício (7ªSRPRF/PR)	Índice atingido no exercício (7ªSRPRF/PR)
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Unidade	02/01/2007	27,20	25,50	2,9893	3,1561
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
Embora a 7ªSRPRF/PR quase tenha atingido a meta de redução de acidentes proposta, este órgão ficou abaixo da expectativa.						
Os principais motivos que têm impedido a 7ªSRPRF/PR de atingir seus objetivos de redução de acidentes são:						
- o efetivo muito aquém da necessidade, principalmente depois da assunção de mais 2.859 Km de rodovias federais, sem o acréscimo proporcional no quadro de pessoal;						
- a situação precária de alguns trechos e postos de fiscalização “herdados” do Governo Estadual na retomada das rodovias federais;						
- o desgaste e desmotivação dos policiais frente a estas limitações.						
Indicador: Sensação de Segurança nas Rodovias Federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício (7ªSRPRF/PR)	Índice atingido no exercício (7ªSRPRF/PR)
		Data	Índice inicial	Índice final		

3	%	01/01/2007	65,00	80,00	76,00	Sem apuração
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
O indicador não foi medido por falta de recursos financeiros para execução da pesquisa.						

### 2.3.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais				
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos				
Objetivos específicos	Ação 2000 – Administração da Unidade Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
Gerente de programa	Não Existe				
Gerente Executivo	Não Existe				
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe				
Público Alvo	Governo				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$	
Dotação (total nacional)		Despesa empenhada (7ªSRPRF/PR)	Despesa liquidada (7ªSRPRF/PR)	Restos a Pagar não processados (7ªSRPRF/PR)	Valores Pagos (7ªSRPRF/PR)
Inicial	Final				
52.387.117.434	52.955.516.078	4.020.147,78	3.807.252,91	212.894,87	3.692.754,22
Informações sobre os resultados alcançados					
Este Programa contempla despesas obrigatórias (pessoal ativo, assistência médica e auxílios alimentação, creche e transporte), cuja execução independe de transferência de limite orçamentário, as quais foram atendidas plenamente. De outro turno, as despesas discricionárias (Ação 2000 – Administração da Unidade) não foram integralmente atendidas devido à insuficiência de recursos.					

## 2.3.2. Execução financeira das ações realizadas.

## Ações sob responsabilidade do DPRF:

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenador Regional da Ação	EXECUÇÃO FINANCEIRA			
							Meta nacional prevista para 2010	Meta prevista para 2010 para a 7ªSRPRF/PR	Realizado pela 7ªSRPRF/PR em 2010 *	Meta a ser realizada em 2011 pela 7ªSRPRF/PR
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal	Atividade	DIMOT / CGPLAM / DPRF / MJ	Chefia da SPF	RS 3.624.000,00	Não foi estipulada meta regional	RS 13.351,58	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	128 - Formação de Recursos Humanos	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2524 Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Atividade	COEN / CGRH / DPRF / MJ	Chefia do NUCAP	RS 7.810.000,00	Não foi estipulada meta regional	RS 153.542,74	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	183 – Informação e Inteligência	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2720 Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	Atividade	DFT / CGO / DPRF / MJ	Chefia da SPF	RS 5.000,00	Não foi estipulada meta regional	RS 0,00	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	Atividade	DFT / CGO / DPRF / MJ	Chefia da SPF	RS 57.300.000,00	Não foi estipulada meta regional	RS 2.733.354,28	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	183 – Informação e Inteligência	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal	Atividade	COINT / DPRF / MJ	Chefia do NUINT	RS 1.540.339,00	Não foi estipulada meta regional	RS 64.513,79	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais	Atividade	DISAS / CGRH / DPRF / MJ	Chefia da SPF	RS 1.660.000,00	Não foi estipulada meta regional	RS 53.115,62	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	131 – Comunicação Social	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	4641 Publicidade de Utilidade Pública	Atividade	ACS / DPRF / MJ	Chefia do NUCOM	RS 500.000,00	Não foi estipulada meta regional	RS 0,00	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	86A1 Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal	Atividade	DMP / CGO / DPRF / MJ	Chefia do NMP	RS 21.000.000,00	Não foi estipulada meta regional	RS 5.274,00	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	452 – Serviços Urbanos	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	8692 Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais	Atividade	COEN / CGRH / DPRF / MJ	Chefia do NUCOM	RS 755.000,00	Não foi estipulada meta regional	RS 0,00	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	301 – Atenção Básica	0750 - Apoio Administrativo	20CW Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	Atividade	DIPLAN / CGA / DPRF / MJ	Chefia da SRH	RS 1.231.020,00	Não foi estipulada meta regional	RS 0,00	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	122 – Administração Geral	0750 - Apoio Administrativo	2000 Administração da Unidade	Atividade	DIPLAN / CGA / DPRF / MJ	Chefia da SAF	RS 1.086.467.957,00	Não foi estipulada meta regional	RS 4.002.912,58	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária	Atividade	DIPAM / CGPLAM / DPRF / MJ	Chefia da SPF	RS 4.000.000,00	Não foi estipulada meta regional	RS 0,00	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	Atividade	DIPROJ / CGPLAM / DPRF / MJ	Chefia do NUSEG	RS 24.212.323,00	Não foi estipulada meta regional	RS 10.500.000,00	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	8623 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	Atividade	DIPROJ / CGPLAM / DPRF / MJ	Chefia do NUSEG	RS 2.200.000,00	Não foi estipulada meta regional	RS 81.170,80	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	8698 Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação	Atividade	DITEL / CGPLAM / DPRF / MJ	Chefia do NUTEL	RS 25.845.000,00	Não foi estipulada meta regional	RS 1.335.249,79	Não foi estipulada meta regional

\* Valores referentes à liquidação das despesas de cada Ação Orçamentária em 2010, incluindo os valores inscritos em "restos a pagar"

## Ações sob responsabilidade de outros órgãos (convênios ou acordos):

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenador Regional da Ação	EXECUÇÃO FINANCEIRA			
							Meta nacional prevista para 2010	Meta prevista para 2010 para a 7ªSRPRF/PR	Realizado pela 7ªSRPRF/PR em 2010 *	Meta a ser realizada em 2011 pela 7ªSRPRF/PR
12 - Educação	362 - Ensino Médio	1449 Estatísticas e Avaliações Educacionais	4017 Exames Nacionais de Habilidades e Competências	Atividade	MEC	Não existe	Desconhecido	Desconhecido	RS 2.188,74	Desconhecido
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	8855 Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública	Atividade	MJ	Chefia da SPF	RS 294.500.000,00	Não foi estipulada meta regional	RS 1.131.686,49	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	8857 Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã	Atividade	MJ	Chefia da SPF	RS 142.400.000,00	Não foi estipulada meta regional	RS 60.226,57	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	20EV Enfrentamento ao Crack e outras drogas	Atividade	MJ	Não existe	Desconhecido	Desconhecido	RS 1.661.424,39	Desconhecido
26 – Transporte	125 – Normatização e Fiscalização	1463 Qualidade dos Serviços de Transporte	2348 Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-Estrutura Ferroviária	Atividade	ANTT / MT	Chefia da SPF	RS 15.005.944,00	Não foi estipulada meta regional	RS 23.778,89	Não foi estipulada meta regional

\* Valores referentes à liquidação das despesas de cada Ação Orçamentária em 2010, incluindo os valores inscritos em "restos a pagar"

## 2.3.3. Execução física das ações realizadas.

## Ações sob responsabilidade do DPRF:

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenador Regional da Ação	EXECUÇÃO FÍSICA				
							Unidade de Medida	Meta nacional prevista para 2010	Meta prevista para 2010 para a 7ªSRPRF/PR	Realizado pela 7ªSRPRF/PR em 2010	Meta a ser realizada em 2011 pela 7ªSRPRF/PR
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal	Atividade	DIMOT / CGPLAM / DPRF / MJ	Chefia da SPF	Equipamento mantido	489	Não foi estipulada meta regional	13	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	128 - Formação de Recursos Humanos	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2524 Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Atividade	COEN / CGRH / DPRF / MJ	Chefia do NUCAAP	Servidor capacitado	8.431	Não foi estipulada meta regional	702	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	183 – Informação e Inteligência	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2720 Ações de Caráter Sigilosos na Área de Segurança Pública	Atividade	DFT / CGO / DPRF / MJ	Chefia da SPF	Procedimento realizado	1	Não foi estipulada meta regional	0	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	Atividade	DFT / CGO / DPRF / MJ	Chefia da SPF	Procedimento realizado	8.500.000	671.630	990.250	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	183 – Informação e Inteligência	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal	Atividade	COINT / DPRF / MJ	Chefia do NUIINT	Operação realizada	220	Não foi estipulada meta regional	18	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais	Atividade	DISAS / CGRH / DPRF / MJ	Chefia da SPF	Pessoa atendida	16.000	Não foi estipulada meta regional	1.122	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	131 – Comunicação Social	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	4641 Publicidade de Utilidade Pública	Atividade	ACS / DPRF / MJ	Chefia do NUCOM	---	---	---	---	---
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	86AI Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal	Atividade	DMP / CGO / DPRF / MJ	Chefia do NMP	Multa processada	1.235.294	Não foi estipulada meta regional	313.261	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	452 – Serviços Urbanos	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	8692 Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais	Atividade	COEN / CGRH / DPRF / MJ	Chefia do NUCOM	Pessoa capacitada	100.000	Não foi estipulada meta regional	Não medido pela regional	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	301 – Atenção Básica	0750 - Apoio Administrativo	20CW Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	Atividade	DIPLAN / CGA / DPRF / MJ	Chefia da SRH	Servidor beneficiado	6.839	Não foi estipulada meta regional	0	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	122 – Administração Geral	0750 - Apoio Administrativo	2000 Administração da Unidade	Atividade	DIPLAN / CGA / DPRF / MJ	Chefia da SAF	---	---	---	---	---
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária	Atividade	DIPAM / CGPLAM / DPRF / MJ	Chefia da SPF	Veículo adquirido	47	Não foi estipulada meta regional	0	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	Atividade	DIPROJ / CGPLAM / DPRF / MJ	Chefia do NUSEG	Obra realizada	55	Não foi estipulada meta regional	0	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	8623 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	Atividade	DIPROJ / CGPLAM / DPRF / MJ	Chefia do NUSEG	Unidade reformada	10	Não foi estipulada meta regional	1	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	8698 Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação	Atividade	DITEL / CGPLAM / DPRF / MJ	Chefia do NUTEL	Sistema mantido (% de manutenção)	83	Não foi estipulada meta regional	Unidade de medida inadequada para medir a execução	Não foi estipulada meta regional

## Ações sob responsabilidade de outros órgãos (convênios ou acordos):

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenador Regional da Ação	EXECUÇÃO FÍSICA				
							Unidade de Medida	Meta nacional prevista para 2010	Meta prevista para 2010 para a 7ªSRPRF/PR	Realizado pela 7ªSRPRF/PR em 2010	Meta a ser realizada em 2011 pela 7ªSRPRF/PR
12 - Educação	362 - Ensino Médio	1449 Estatísticas e Avaliações Educacionais	4017 Exames Nacionais de Habilidades e Competências	Atividade	MEC	Não existe	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	8855 Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública	Atividade	MJ	Chefia da SPF	Projeto apoiado	211	Não foi estipulada meta regional	Desconhecido	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	8857 Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã	Atividade	MJ	Chefia da SPF	Pessoa beneficiada	589.000	Não foi estipulada meta regional	Desconhecido	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	20EV Enfrentamento ao Crack e outras drogas	Atividade	MJ	Não existe	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido
26 – Transporte	125 – Normatização e Fiscalização	1463 Qualidade dos Serviços de Transporte	2348 Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-Estrutura Ferroviária	Atividade	ANTT / MT	Chefia da SPF	Concessionária fiscalizada	13	Não foi estipulada meta regional	Desconhecido	Não foi estipulada meta regional

## 2.4. Desempenho orçamentário e financeiro

### 2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	30107	200109

#### 2.4.1.1. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	---	---	---	---	---
	Recebidos	200109	30107 06 122 0750 2000	17.235,20	0	0
		200109	30107 09 272 0089 0181	20.205,26	0,00	0,00
		200109	26290 12 362 1449 4017	0,00	0,00	2.188,74
		200109	30101 06 181 1453 8855	0,00	0,00	6.686,49
		200109	30101 06 422 1453 20EV	0,00	0,00	334.384,39
		200109	30101 06 422 1453 8857	0,00	0,00	34.136,82
		200109	30107 06 122 0750 2000	0,00	0,00	3.855.098,60
		200109	30107 06 128 0663 2524	0,00	0,00	153.542,74
		200109	30107 06 181 0663 2B11	0,00	0,00	13.351,58
		200109	30107 06 181 0663 2723	0,00	0,00	2.733.354,28
		200109	30107 06 181 0663 4290	0,00	0,00	34.928,77
		200109	30107 06 181 0663 86A1	0,00	0,00	5.274,00
		200109	30107 06 181 1386 8623	0,00	0,00	81.170,80
		200109	30107 06 181 1386 8698	0,00	0,00	1.160.483,08
		200109	30107 06 183 0663 2816	0,00	0,00	57.454,54
200109	39250 26 125 1463 2348	0,00	0,00	23.778,89		
Movimentação Externa	Concedidos	---	---	---	---	---
	Recebidos	---	---	---	---	---

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	---	---	---	---	---
	Recebidos	200109	30101 06 181 1453 8855	1.125.000,00	0,00	0,00
		200109	30101 06 422 1453 20EV	1.327.040,00	0,00	0,00
		200109	30101 06 422 1453 8857	26.089,75	0,00	0,00
		200109	30107 06 122 0750 2000	147.813,98	0,00	0,00
		200109	30107 06 122 1386 200G	10.500.000,00	0,00	0,00
		200109	30107 06 181 0663 4290	18.186,85	0,00	0,00
200109	30107 06 181 1386 8698	174.766,71	0,00	0,00		
Movimentação Externa	Concedidos	200109	30107 06 183 0663 2816	7.059,25	0,00	0,00
	Recebidos	---	---	---	---	---

### Análise crítica

Os recursos orçamentários recebidos foram executados na sua integralidade, cabendo ressaltar que o fato de saldos significativos terem sido recebidos no encerramento do exercício findo, fez com que saldos elevados fossem inscritos em restos a pagar, tendo implicações financeiras no exercício seguinte. Constata-se ainda que a descentralização de recursos orçamentários durante o ano de 2010 não foi suficiente para cobrir toda a necessidade de aquisições/prestação de serviços para a 7ª SRPRF, inclusive de contratos continuados para os quais havia previsão de disponibilidade orçamentária, o que causou transtornos e inconvenientes para a Administração.

#### 2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

##### 2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	7.181.021,38	6.264.956,27	7.181.021,38	6.171.227,64
Convite	76.531,26	0,00	76.531,26	0,00
Tomada de Preços	398.963,30	0,00	398.963,30	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	6.705.526,82	6.264.956,27	6.705.526,82	6.171.227,64
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	1.130.324,92	1.712.331,52	1.130.324,92	1.677.017,02
Dispensa	911.114,85	1.389.116,04	911.114,85	1.353.801,54
Inexigibilidade	219.210,07	323.215,48	219.210,07	323.215,48
Regime de Execução Especial	6.060,58	9.923,59	6.060,58	9.923,59
Suprimento de Fundos	6.060,58	9.923,59	6.060,58	9.923,59
Pagamento de Pessoal	1.033.560,76	1.020.615,10	1.033.560,76	1.020.615,10
Pagamento em Folha	137.356,77	127.066,99	137.356,77	127.066,99
Diárias	896.203,99	893.548,11	896.203,99	893.548,11
Outros	7.269,15	11.711,55	7.269,15	11.711,55

##### 2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	8.852,04	37.440,46	8.852,04	37.440,46	0,00	0,00	8.852,04	37.440,46
1º elemento de despesa	8.852,04	37.440,46	8.852,04	37.440,46	0,00	0,00	8.852,04	37.440,46
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



despesa								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>8.193.592,12</b>	<b>8.495.833,72</b>	<b>7.996.352,40</b>	<b>7.720.653,86</b>	<b>76.906,11</b>	<b>775.179,86</b>	<b>7.996.352,40</b>	<b>7.591.610,73</b>
1º elemento de despesa	2.600.016,22	2.510.290,86	2.424.194,86	1.959.470,33	76.906,11	550.820,53	2.424.194,86	1.921.883,50
2º elemento de despesa	2.025.728,82	2.494.885,81	2.012.516,52	2.398.248,80	0,00	96.637,01	2.012.516,52	2.389.868,85
3º elemento de despesa	2.423.226,25	2.274.086,68	2.417.275,86	2.170.994,70	0,00	103.091,98	2.417.275,86	2.095.900,54
Demais elementos do grupo	1.144.620,83	1.216.570,37	1.142.365,16	1.191.940,03	0,00	24.630,34	1.142.365,16	1.183.957,84

#### 2.4.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>Investimentos</b>	<b>1.354.645,46</b>	<b>13.325.956,54</b>	<b>1.352.460,20</b>	<b>1.261.443,71</b>	<b>0,00</b>	<b>12.064.512,83</b>	<b>1.352.460,20</b>	<b>1.261.443,71</b>
1º elemento de despesa	315.830,95	10.073.512,58	315.830,95	0,00	0,00	10.073.512,58	315.830,95	0,00
2º elemento de despesa	1.038.814,51	2.825.956,54	1.036.629,25	1.261.443,71	0,00	1.564.512,83	1.036.629,25	1.261.443,71
3º elemento de despesa	0,00	426.487,42	0,00	0,00	0,00	426.487,42	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Amortização da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

despesa								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

### **Análise crítica**

Alterações significativas ocorridas no exercício: Verifica-se que houve execução de despesas referentes ao exercício de 2009 na modalidade de Dispensa de Licitação superior ao exercício de 2010, fato esse que ainda refletia a situação de retomada de trechos de rodovias federais no estado do Paraná, uma vez que em grande parte corresponde ao orçamento de 2009. Percebe-se ainda, de forma geral, que os pagamentos de 2009 foram superiores a 2010, devido ao contingenciamento financeiro à que a UJ foi submetida durante o ano de 2010.

Contingenciamento no exercício: Houve contingenciamento tanto orçamentário quanto financeiro, gerando dificuldades no gerenciamento principalmente dos contratos em vigor, muitos dos quais tiveram atraso na sua execução orçamentária e financeira.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária: Os fatos negativos que podem ser citados em razão do contingenciamento ocorrido no período são vários, dentre os principais estão a inconveniência de executar despesas de um exercício apenas no exercício seguinte devido a não descentralização de crédito orçamentário para despesas que constavam do orçamento do exercício, gerando a necessidade de realizar reconhecimento de dívida e dessa forma impactar no orçamento do exercício seguinte. Outra situação que além de inconveniente e desagradável para os gestores, cria uma imagem extremamente desfavorável da instituição e até mesmo da Administração Pública perante os fornecedores e conseqüentemente perante a sociedade em geral, são os rotineiros atrasos na quitação das obrigações da Administração com os seus fornecedores, fato esse que muitas vezes afasta os bons fornecedores da prestação de serviços para o governo, uma vez que não recebem a sua contrapartida (pagamentos) no momento tempestivo.

#### 2.4.3. Indicadores Institucionais

Os mais adequados e mais utilizados indicadores para medir a eficácia estratégica da Polícia Rodoviária Federal são as taxas de acidentes e de mortalidade nas rodovias federais, as quais demonstram o sucesso ou fracasso do órgão na sua missão primária. Esses indicadores foram apresentados e analisados no item 2.2.1.

Entretanto, para demonstrar a eficiência e eficácia da 7ªSRPRF/PR, seja na sua atividade-fim, seja na sua atividade-meio, podemos trazer diversos outros indicadores de desempenho diferentes. Apresentamos abaixo aqueles que são mais utilizados e melhor representam a atuação do órgão.

Vale citar que em alguns campos aparece o símbolo “---”. Isso significa que o respectivo valor ou não era medido de forma sistematizada no passado ou foi medido de forma diversa no passado da que é medido atualmente, inviabilizando comparações.



PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO REALIZADOS			
UNIDADE DE MEDIDA: Quantidade de procedimentos de fiscalização realizados (veículos, pessoas, testes de alcoolemia, condutores autuados e detidos).			
ORIGEM DOS DADOS: Relatório Regional de Fiscalização Diária (Anexo H da Portaria nº 30/2009-DG)			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
---	609.095	990.250	+ 62,58%

AUTOS DE INFRAÇÃO EXTRAÍDOS (CTB + ANTT + PRODUTO PERIGOSO)				
UNIDADE DE MEDIDA: Número de Autos de Infração do CTB, ANTT e de Produtos Perigosos extraídos				
ORIGEM DOS DADOS: Sistema de Protocolo e Sistema de Informações Gerenciais – SIGER				
TIPO DE INFRAÇÃO	2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
EXCESSO DE VELOCIDADE	---	---	111.289	---
ULTRAPASSAGEM EM LOCAL/CONDIÇÃO INDEVIDA	---	---	38.594	---
NÃO USO DO CINTO DE SEGURANÇA / CADEIRINHA	---	---	27.584	---
USO DE ALCOOL OU SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE	---	---	4.562	---
CONDUÇÃO INADEQUADA DE MOTOCICLETA OU SIMILAR	---	---	1.453	---
NÃO POSSUIR OU NÃO PORTAR DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA	---	---	15.797	---
AVANÇO DE SINAL	---	---	1.819	---
PRODUTOS PERIGOSOS	---	---	3.862	---
EXCESSO DE PESO	---	---	2.294	---
ANTT – TRANSPORTE DE CARGA	---	---	4.185	---
ANTT – TRANSPORTE DE PASSAGEIRO	---	---	87	---
OUTROS	---	---	101.735	---
TOTAL	238.896	196.206	313.261	+ 59,65 %

VEÍCULOS RECOLHIDOS			
UNIDADE DE MEDIDA: Quantidade de veículos recolhidos aos pátios da PRF para regularização			
ORIGEM DOS DADOS: Sistema de Recolhimento e Liberação de Veículos - SILVER			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
7.940	6.976	9.311	+ 33,47%

DOCUMENTOS RETIDOS			
UNIDADE DE MEDIDA: Quantidade de documentos retidos ou apreendidos			
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE e controle interno da Seção de Policiamento e Fiscalização			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
5.747	19.907	32.022	+ 60,86%

CRIMES NAS RODOVIAS			
UNIDADE DE MEDIDA: Quantidade de crimes registrados pela Polícia Rodoviária Federal nas rodovias do Paraná sob sua circunscrição.			
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
2.825	3.483	4.870	+ 39,82%

PESSOAS DETIDAS			
UNIDADE DE MEDIDA: Quantidade de pessoas detidas			
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
1.788	3.204	4.095	+ 27,81%

APREENSÕES REALIZADAS – ENTORPECENTES				
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE				
TIPO	2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
Maconha (quilograma)	20.144	22.437	78.286	+ 248,91%
Crack (quilograma)	211	289	547	+ 89,27%
Cocaína (quilograma)	140	219	291	+ 32,88%
Haxixe (unidade)	38.090	65.104	34.384	- 47,19%
Anfetaminas / Barbitúricos (unidade)	0	2	48	+ 2300,00%
Lança-perfume (frasco)	449	419	945	+ 125,54%
Diversos (quilograma)	0	2	127	+ 6250,00%

APREENSÕES REALIZADAS – CONTRABANDO/DESCAMINHO				
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE				
TIPO	2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
Cigarros (pacote)	798.739	901.990	1.487.439	+ 64,91%
CD's / DVD's (unidade)	3.822.771	2.050.069	1.668.806	- 18,60%
Medicamentos (unidade)	123.147	336.461	225.192	- 33,07%
Eletrônicos (unidade)	99.838	134.491	159.693	+ 18,74%
Equip. Informática (unidade)	62.348	26.040	39.881	+ 53,15%
Bebida (litro)	16.826	24.264	6.962	- 71,31%
Outras (unidade)	6.607.532	2.394.597	3.184.973	+ 33,01%
Diversos (grama)	8.757.290	3.338.892	46.272.953	+ 1285,88%

APREENSÕES REALIZADAS – ARMAS				
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE				
TIPO	2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
Revólver (unidade)	27	51	55	+ 7,84%
Pistola (unidade)	26	49	39	- 20,41%
Espingarda (unidade)	17	10	14	+ 40,00%
Fuzil (unidade)	0	0	0	---
Arma branca (unidade)	20	6	8	+ 33,33%
Outras (unidade)	24	1	6	+ 500,00%
<b>TOTAL</b>	<b>114</b>	<b>117</b>	<b>122</b>	<b>+ 4,27%</b>

APREENSÕES REALIZADAS – MUNIÇÕES				
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE				
TIPO	2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
Calibre 38 (unidade)	2.595	1.154	1.276	+ 10,57%
Calibre 9mm (unidade)	231	788	811	+ 2,92%
Calibre 22/32 (unidade)	2.752	1.118	1.387	+ 24,06%
Calibre 380 (unidade)	718	839	349	- 58,40%
Outras (unidade)	517	807	307	- 61,96%
<b>TOTAL</b>	<b>6.813</b>	<b>4.706</b>	<b>2.230</b>	<b>- 52,61%</b>

APREENSÕES REALIZADAS – MEIO-AMBIENTE				
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE				
TIPO	2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
Madeira (m3)	220	1.985	452	- 77,23%
Carvão (m3)	3	123	183	+ 48,78%
Animais Silvestres (unidade)	30	29	271	+ 834,48%
Outras (unidade)	1.202	1.766	10.401	+ 488,96%

RECUPERAÇÕES REALIZADAS				
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE				
TIPO	2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
Veículos recuperados (unidade)	445	568	580	+ 2,11%
Carga recuperada (ocorrência)	26	38	22	- 42,11%

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL MÉDIA - AGENTES			
UNIDADE DE MEDIDA: Média aritmética das Avaliações de Desempenho Individuais dos agentes no período			
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ADI			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
---	---	947,26	---

EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA OPERACIONAIS			
UNIDADE DE MEDIDA: Quantidade de equipamentos de monitoramento e fiscalização eletrônica operacionais ao final do período (basicamente radares fotográficos e etilômetros)			
ORIGEM DOS DADOS: Controle interno da Seção de Policiamento e Fiscalização			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
79	144	147	+ 2,08%

PERCENTUAL DE LIGAÇÕES 191 ATENDIDAS			
UNIDADE DE MEDIDA: Percentual de ligações 191 encaminhadas para operadores da CIOP que foram atendidas			
ORIGEM DOS DADOS: Relatórios do Sistema VOIP			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
---	---	81,22%	---

COMANDOS PREVENTIVOS DE SAÚDE			
UNIDADE DE MEDIDA: Número de atendimentos realizados durante os Comandos de Saúde Preventivos			
ORIGEM DOS DADOS: Controle interno da Seção de Policiamento e Fiscalização			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
---	---	601	---
MATÉRIAS PUBLICADAS COM PARTICIPAÇÃO DO NUCOM			
UNIDADE DE MEDIDA: Número de matérias relacionadas à PRF publicadas com a participação do Núcleo de Comunicação Social			
ORIGEM DOS DADOS: Controle interno do Núcleo de Comunicação Social			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
---	---	1.002	---

COEFICIENTE DE APURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS			
UNIDADE DE MEDIDA: Coeficiente medido pela relação entre procedimentos correicionais encerrados e atuados.			
ORIGEM DOS DADOS: Relatório Correicional			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
---	---	201%	---

PENALIDADES DISCIPLINARES APLICADAS			
UNIDADE DE MEDIDA: Número de penalidades disciplinares aplicadas			
ORIGEM DOS DADOS: Relatório Correicional			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
4	4	7	+ 75%

QUANTIDADE DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES ATUADOS			
UNIDADE DE MEDIDA: Número de procedimentos correicionais atuados			
ORIGEM DOS DADOS: Relatório Correicional			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
75	60	49	-18,33%

ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS			
UNIDADE DE MEDIDA: Índice de Adequação das Unidades Operacionais			
ORIGEM DOS DADOS: Levantamento junto às Delegacias da 7ªSRPRF			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
---	---	43,16%	---

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL			
UNIDADE DE MEDIDA: Documentos de Inteligência Policial produzidos			
ORIGEM DOS DADOS: Controle interno do Núcleo de Inteligência/PR			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
---	---	65	---

SERVIÇOS OPERACIONAIS DE INTELIGÊNCIA			
UNIDADE DE MEDIDA: Serviços operacionais iniciados pelo NUIINT/PR no período			
ORIGEM DOS DADOS: Controle interno do Núcleo de Inteligência/PR			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
---	---	46	---

PERCENTUAL DE SERVIDORES CAPACITADOS			
UNIDADE DE MEDIDA: Relação entre a quantidade de servidores que foram capacitados no período frente ao número de servidores da Regional			
ORIGEM DOS DADOS: Controle interno do Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
---	---	99,71	---

ÍNDICE DE AFASTAMENTOS MÉDICOS			
UNIDADE DE MEDIDA: Relação entre a quantidade total de dias de licença médica concedidos frente ao número de servidores da Regional			
ORIGEM DOS DADOS: Sistema de Administração de Pessoal – SIAPE			
2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010
---	---	6,95	---

### 3. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

#### 3.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	136.186,75	572,15	135.614,60	0,00
2008	558,99	0,00	558,99	0,00
2007	99.119,99	0,00	99.119,99	0,00

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	2.535.917,97	121.946,72	2.337.065,14	76.906,11
2008	3.068.406,26	146.423,90	2.921.982,36	0,00
2007	1.986.564,52	33.264,93	1.943.702,87	9.596,72

#### Análise crítica

Como pode ser observado no quadro anterior, um valor significativo do orçamento executado por esta UJ foi inscrito em restos a pagar nos anos de 2007 a 2009, devido principalmente à execução orçamentária acima da média na iminência do encerramento do exercício. Entretanto, cabe ressaltar, que a UJ executou as despesas conforme descentralização da unidade orçamentária.

A existência dos valores inscritos em 2007 e 2008 e reinscritos em 2009 deve-se ao fato de os fornecedores não terem prestado o serviço ou não terem entregue os bens, gerando assim descumprimento de cláusulas contratuais por parte das contratadas, estando em tramitação os processos de apuração de penalidade e demais providências.

Há eventos positivos e negativos nos processos de inscrição de despesas em restos a pagar. Como evento negativo pode-se citar o volume de contratações e o conseqüente número de empresas que não cumprem as obrigações firmadas, cujas situações são apuradas em processos próprios e acabam gerando transtornos para a administração. O fator positivo é a possibilidade de estar licitando num determinado período do ano e pela peculiaridade do material ou do serviço conseguir recebê-los no exercício seguinte, não deixando assim, de ser adquirido o bem ou contratado o serviço pela Administração.

## 4. RECURSOS HUMANOS

### 4.1. Composição do quadro de servidores ativos

#### 4.1.1 Quadro de servidores ativos

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Provisamento de cargo efetivo</b>	0	0	0	0
<b>1.1 Membros de poder e agente político</b>	0	0	0	0
<b>1.2 Servidores de Carreira</b>	0	0	0	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	752	7	2
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>1.3 Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>1.4 Servidores Cedidos ou em Licença</b>	0	0	0	0
1.4.1 Cedidos	0	0	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	0	0
1.4.3 Licença remunerada	0	0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	0	0	0
<b>2 Provisamento de cargo em comissão</b>	0	0	0	0
<b>2.1 Cargos Natureza Especial</b>	0	0	0	0
<b>2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior</b>	0	0	0	0
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	0	0	0
2.2.5 Aposentado	0	1	0	0
<b>2.3 Funções gratificadas</b>	0	0	0	0
2.3.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	32	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>3 Total</b>	0	785	7	2

Fonte: Sistema SIAPE



## 4.1.2 Quadro de recursos humanos por faixa etária – situação apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>	0	0	0	0	0
1.1 Membros de poder e agente político	0	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	45	145	504	54	11
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0
<b>2 Provedimento de cargo em comissão</b>	0	0	0	0	0
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	1	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema SRH/DPRF

## 4.1.3 Quadro de recursos humanos por escolaridade – situação apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.1 Membros de poder e agente político	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	0	4	3	388	364	*	*	*
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>2 Provedimento de cargo em comissão</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>LEGENDA</b> Nível de Escolaridade 1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado.									

Fonte: Sistema SIAPE

\* Fonte não demonstra nível de escolaridade da numeração 7 em diante.

**4.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas**4.2.1 Quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos/Regime de aposentadoria	Quantitativo de servidores	Aposentadorias em 2010
<b>1. Integral</b>	0	0
1.1 Voluntária	262	6
1.2 Compulsório	2	0
1.3 Invalidez Permanente	10	0
1.4 Outras	0	0
<b>2 Proporcional</b>	0	0
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	5	0
2.4 Outras	0	0

Fonte: Sistema SIAPE

4.2.2 Quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de servidores	Pensões concedidas em 2010
<b>1. Integral</b>	57	0
<b>2. Proporcional</b>	25	9

Fonte: Sistema SIAPE

### 4.3. Composição do quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>Nível superior</b>	0	0	0	0	R\$ 0,00
• <b>Área fim</b>	0	0	0	0	R\$ 0,00
• <b>Área meio</b>	0	0	2	1	R\$ 1.560,00
<b>Nível médio</b>	0	0	0	0	R\$ 0,00
• <b>Área fim</b>	0	0	0	0	R\$ 0,00
• <b>Área meio</b>	0	0	0	0	R\$ 0,00

Fonte: Sistema SIAPE

**4.4. Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010**

Valores em R\$ 1,00

Tipologias	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>								
2008	47.923.222,28	0,00	0,00	0,00	0,00	204.670,32	0,00	48.127.892,60
2009	57.423.304,06	0,00	0,00	0,00	0,00	188.105,57	0,00	0,00
2010	72.466.673,45	0,00	0,00	0,00	0,00	179.429,40	0,00	72.646.102,85
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior</b>								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	37.725,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	55.915,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>								
2008	0,00	0,00	13.472,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	13.472,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	13.472,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema SIAPE

**4.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra****4.5.1. Contratos de prestação de serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva**

Unidade Contratante														
Nome: 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL														
UG/Gestão: 200118/00001							CNPJ:00.394.494/0113-32							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	V	O	22/2010	.09039434000170	27/05/10	26/05/11	28	28	0	0	0	0	A	
2010	L	O	32/2010	.07990946000191	27/08/10	26/08/11	62	62	0	0	0	0	A	
2009	V	E	10/2009	.02601159000197	08/10/09	05/04/10	16	16	0	0	0	0	E	
2008	L	O	27/2008	80728314000144	01/01/09	30/06/10	42	42	0	0	0	0	E	
Observação: Para cumprimento do Acórdão TCU n. 1.520/2006-P esta UJ aguarda as providências a serem adotadas pelo DPRF/MJ														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Fonte:

## 4.5.2. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL														
UG/Gestão: 200118/00001							CNPJ:00.394.494/0113-32							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	1	O	30/2010	.09431870000190	20/09/10	19/09/11	0	0	6	6	0	0	A	
2010	1	O	34/2010	.04624017000170	24/09/10	23/09/11	0	0	42	42	0	0	A	
2010	3	O	33/2010	.05924588000193	16/09/10	15/09/11	2	2	0	0	0	0	A	
2010	1	O	33/2010	.05924588000193	16/09/10	15/09/11	0	0	4	4	0	0	A	
2010	1	O	.08/2010	73281404000174	17/02/10	16/02/11	0	0	19	19	0	0	E	
2006	1	O	.01/2006	73281404000174	13/03/06	11/03/10	0	0	30	30	0	0	E	
2010	1	E	14/2010	86915691000179	01/04/10	27/09/10	0	0	43	43	0	0	E	
2006	1	O	.02/2006	73281404000174	20/03/06	19/09/10	1	1	8	8	0	0	E	

Observação: Para cumprimento do Acórdão TCU n. 1.520/2006-P esta UJ aguarda as providências a serem adotadas pelo DPRF/MJ

**LEGENDA**  
 Área:  
 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional  
 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis  
 3. Serviços de Copa e Cozinha  
 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis  
 5. Serviços de Brigada de Incêndio  
 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes  
 7. Outras  
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial  
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior  
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado  
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

#### 4.5.3. Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd	Unidade Administrativa
22/2010	8	28	7ª SRPRF/PR
32/2010	7	62	7ª SRPRF/PR
30/2010	1	6	7ª SRPRF/PR
34/2010	1	42	7ª SRPRF/PR
33/2010	1	4	7ª SRPRF/PR
33/2010	3	2	7ª SRPRF/PR

#### LEGENDA

##### Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis
5. Serviços de Brigada de Incêndio
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
7. Higiene e Limpeza
8. Vigilância Ostensiva
9. Outras

#### 4.6. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Durante o Exercício 2010, foram estabelecidos indicadores de desempenho para todas as áreas da Regional. No que tange a de Recursos Humanos, onze indicadores foram sistematicamente medidos a partir do terceiro quadrimestre, apresentando medidas, dados e detalhamentos sobre os seguintes assuntos:

- Quantitativo de servidores e pensionistas;
- Variação quantitativa no efetivo;
- Servidores que passaram por entrevista de direcionamento;
- Percentual de servidores capacitados;
- Índice de variação de processos de benefícios;
- Coeficiente de erros nos lançamentos em folha de pagamento;
- Acerto de pagamento de exercícios anteriores;
- Percentual de atendimentos do Prosserv (Projeto de apoio psico-social ao servidor);
- Índice de afastamentos médicos;
- Servidores atendidos por perícia ou junta médica; e
- Pessoas beneficiados por ações de educação de trânsito.

Os indicadores abarcam avaliações de todos os núcleos subordinados à Seção de Recursos Humanos, e servirão para orientar previsões e metas para o Exercício 2011, além de fornecer um parâmetro inicial de desempenho.

O quadro abaixo reflete a situação de efetivo vivenciada no fechamento do exercício, onde novos trechos foram incorporados à circunscrição da 7ªSRPRF, aumentando em 596 km o trecho gerenciado:

Descrição	2009		2010	
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	456	75,62%	587	80,19%
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	147	24,38%	145	19,81%
Total Geral	560	100,00%	732	100,00%

Tendo em vista que o foco do direcionamento dos servidores policiais é para a atividade finalística do órgão, a proporção de policiais em ações de suporte deve ser mantida em índices inferiores a 18%. Nesse sentido, ao compararmos os dois últimos Exercícios, nota-se que a Administração preservou o número de policiais na área de suporte, destinando todo acréscimo de efetivo para a atividade-fim. Para progredir o avanço alcançado, sem prejuízo dos serviços de apoio desempenhados, justifica-se o aumento do efetivo policial no Estado. Outras alternativas seriam: a realização de concurso público visando dotar a área de suporte com servidores administrativos com capacidade profissional voltada para os desafios da função, em substituição aos policiais; e a contratação de funcionários terceirizados, a fim de potencializar os serviços desempenhados pelos servidores da área.

A situação de escassez de efetivo é seriamente agravada pela ocorrência de afastamentos médicos. De acordo com o índice que mede especificamente esse assunto, foram concedidos 5.033



dias de licença médica apenas no terceiro quadrimestre de 2010. Isso representa, aproximadamente, 7 dias de dispensa para cada servidor. Em linhas gerais, seria como afirmarmos que toda a regional, seja a parte administrativa ou operacional, ficou totalmente parada durante uma semana inteira durante os últimos quatro meses do ano.

De acordo com o indicador de atendimento do Prosserv, devido a falta de recursos e pessoal, somente foram realizados 221 atendimentos preventivos pela área de saúde, como vacinações e exames periódicos no último quadrimestre do período. Essa limitação, onde percentualmente apenas 32,18% do efetivo teria recebido algum tipo de prevenção, corrobora para a ocorrência de problemas médicos e suas licenças consequentes.

Com referência ao Plano de Capacitação, o indicador de percentual de servidores capacitados apresenta que durante os três quadrimestres de 2010, 234 servidores em média passaram por alguma instrução. No total do ano, foram ofertadas 2.377 vagas de capacitação, com 1.604 delas preenchidas e aproveitadas com êxito. Nesse sentido, observamos que apesar das sérias limitações orçamentárias, uma quantidade significativa de cursos foi oferecida. Entretanto, existe outra questão que impõe limites às ações de capacitação: a deficiência de efetivo, que obriga a distribuição de policiais em escala de revezamento com 4 equipes, ultrapassando o limite legal de 40 horas semanais. Sendo assim, não resta disponibilidade de tempo dos policiais para emprego em ações de capacitação.

Para avançarmos na capacitação dos servidores, seria necessário aumentarmos o efetivo atual, permitindo a distribuição na escala de revezamento com 5 equipes, restando um saldo de horas semanais a serem utilizados nas ações de capacitação, bem como em comandos temáticos planejados pela área operacional.

A regional desenvolveu e implantou a Avaliação de Desempenho Individual – ADI, aplicada a todos os policiais da área operacional, nas sete delegacias do Estado. Por meio dos relatórios gerenciais, ficou possível para os gestores acompanhar as atividades desempenhadas pelos policiais, direcionando e motivando a força de trabalho.

Esse gerenciamento aproximado, somado à motivação que o reconhecimento da produção individual proporciona, melhoraram sensivelmente o desempenho geral dos policiais. Em termos percentuais, o sistema gerencial indicou um crescimento da média de pontuação dos policiais da ordem de 27,09% e 24,72%, do primeiro para o segundo quadrimestres e do segundo para o terceiro, respectivamente. Mantido o crescimento, após um ano da implantação da iniciativa, cada policial estará produzindo, em média, aproximadamente o dobro do que fazia.

Dentre os diversos mecanismos que integram a ADI, a Administração buscou incentivar a participação dos policiais em eventos diversos, tais como: comissões, gestões de contratos e eventos de capacitação. Sendo assim, acredita-se que a pontuação extra atribuída a essas atividades, propicie uma recompensa e estímulo extras a pró-atividade dos servidores, gerando satisfação profissional e melhor desempenho das funções que atendem a sociedade.

## 5. CONTRATOS E CONVÊNIOS

### DECLARAÇÃO DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (conforme item 7 da parte A do Anexo II da DN TCU nº 107/2010)

517

  
Ministério da Justiça  
Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
7ª Superintendência – Seção Administrativa e Financeira

**DECLARAÇÃO**  
**DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 107/10 - ANEXO II - ITEM 7**

Atestamos que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Com exceção dos convênios/termos e acordos de cooperação mútua que **não envolvem repasse financeiro**, uma vez que o SIASG/SICONV não possibilita a inclusão deste tipo de convênio e suas publicações são realizadas por meio do INCOM -site da Imprensa Nacional.

Curitiba/PR, 22 de fevereiro de 2011

  
ANDIA NARA GUIRAUD  
Chefe da Seção Administrativa e Financeira

Av. Victor Ferreira do Amaral, 1500, Tarumã, Curitiba/PR, CEP 82.800.000  
Fone/Fax: (41)3535-1921- Email: saf.pr@dprf.gov.br

Observação: A declaração original encontra-se nos autos do Processo nº 08659.003125/2011-20, referente ao Relatório de Gestão 2010 da 7ªSRPRF/PR.

## **6. ENTREGA E TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE RENDAS E BENS (LEI Nº 8.730/93)**

Todos os servidores da 7ªSRPRF/PR apresentam regularmente suas declaração de rendas e bens, nos moldes da Lei nº 8.730, de 10 de novembro 1993.

Uma das formas adotadas pela 7ªSRPRF/PR para atendimento dessa obrigação legal de forma prática e contínua é a possibilidade do servidor autorizar expressamente a Administração a acessar seu cadastro na base de dados da Receita Federal do Brasil.

**7. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		

16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
<b>LEGENDA</b>					

<p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					
---	--	--	--	--	--

## 8. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul>				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul>	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul>					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul>			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis			X		

descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b> <b>Níveis de Avaliação:</b> <b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. <b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. <b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. <b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. <b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Conforme preenchimento da tabela de “Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis” seguem as respostas às questões suscitadas:

Item 1 - As compras realizadas por esta regional tem considerado as contratações sustentáveis para aquisição de papel reciclado, refrigeradores e aparelhos de ar-condicionados com selo Procel/Inmetro, baterias recarregáveis e café com embalagens recicláveis;

Item 2 e 3 - A regional busca adquirir produtos sustentáveis, contudo não se pode exigir certificações ambientais das empresas, pois a legislação impede a restrição de competição nos processos licitatórios, por haver poucas empresas certificadas.

Item 5 - A unidade, nos últimos anos, vem buscando adquirir produtos que reduzam o consumo de água e energia, como luminárias de alta eficiência e rendimento, torneiras com dispositivos de fechamento que impeçam o desperdício. Nas reformas de unidades operacionais há uma padronização de luminárias, instalações elétricas e hidráulicas como vaso com duplo fluxo de água.

Item 6 - Nos últimos exercícios, a unidade tem adquirido 40% do papel utilizado do tipo reciclado.

Item 7 - A unidade tem buscado adquirir veículos flex e menos poluentes, exceto os veículos a diesel por não existir no mercado veículo com combustível flex.



Item 8 - A unidade sempre prefere a aquisição de produtos que possam ser reciclados, exceto quando não há competitividade no mercado.

Item 9 - Toda a aquisição realizada por esta unidade tem como critério a durabilidade e qualidade dos produtos adquiridos, visando um melhor custo/benefício.

Item 10 - Todas as obras e serviços de engenharia contratados por esta unidade possuem exigências para redução de manutenção, redução nos consumos de água e energia, novas tecnologias sempre levando em consideração os locais onde serão desenvolvidos os trabalhos para não inviabilizar os serviços.

Item 11 - A unidade tem o plano de gerenciamento de resíduos sólidos implantado, onde se tem cooperativas de catadores que coletam os resíduos recicláveis, conforme determinação do decreto 5.940/2006.

Item 12 - A unidade vem desenvolvendo ações para redução do consumo de água e energia, como envio de email's e reuniões alertando sobre a necessidade de reduzir o desperdício.

## 9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 9.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

#### 9.1.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	PARANÁ	6	6
	Curitiba	2	2
	Colombo	1	1
	Guarapuava	1	1
	Cascavel	1	1
	Foz do Iguaçu	1	1
Subtotal Brasil		6	6
EXTERIOR	A 7ªSRPRF/PR não possui imóveis no exterior		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		6	6

#### 9.1.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	PARANÁ	3	3
	Curitiba	2	2
	Pato Branco	1	1
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR	A 7ªSRPRF/PR não loca imóveis no exterior		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		3	3

### 9.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200118	7493.00058.500-2	21	3	277.492,45	ñ houve	---		
200118	7513.00019.500-8	21	3	3.475.712,62	ñ houve	---		
200118	7535.00243.500-7	21	3	2.546.765,00	ñ houve	---		
200118	7535.00300.500-6	21	3	1.000.987,17	ñ houve	---		
200118	7563.00804.500-1	21	3	101.414,84	ñ houve	---		
200118	7583.00039.500-8	21	3	208.775,57	ñ houve	---		
<b>TOTAL</b>								

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

#### DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**UG:** É o código da unidade gestora (UG) constante do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que se utiliza do imóvel.

**RIP:** É o código de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU.

**Regime:** É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

- |                                    |                                    |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura                    | 12 – Em regularização – Outros     |
| 2 – Arrendamento                   | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido)          |
| 4 – Cessão – Outros                | 15 – Imóvel Funcional              |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados  | 16 – Irregular – Cessão            |
| 6 – Cessão Onerosa                 | 17 – Irregular – Entrega           |
| 7 – Comodato                       | 18 – Irregular – Outros            |
| 8 – Disponível para Alienação      | 20 – Locação para Terceiros        |
| 9 – Em processo de Alienação       | 21 – Uso em Serviço Público        |
| 10 – Em regularização – Cessão     | 22 – Usufruto Indígena             |

11 – Em regularização – Entrega

23 – Vago para Uso

**Estado de Conservação:** estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

1 – Novo

5 – Reparos Importantes

2 – Muito Bom

6 – Ruim

3 – Bom

7 – Muito Ruim (valor residual)

4 – Regular

8 – Sem Valor

### **Valor do imóvel**

**Valor histórico:** Valor patrimonial do imóvel registrado no sistema, equivalente ao valor de aquisição expresso em reais.

**Data da avaliação:** Data da última avaliação do imóvel no formato dd/mm/aaaa.

**Valor reavaliado:** novo valor apurado do imóvel, expresso em reais, que visa estabelecer o valor mais provável de mercado de um determinado bem, considerando-se suas características físicas e econômicas, a partir de exames, vistorias e pesquisas.

### **Despesas com manutenção**

**Imóvel:** valor total expresso em reais das despesas com manutenção do imóvel no exercício de referência do relatório de gestão.

**Instalações:** valor expresso em reais das despesas com manutenção das instalações no exercício de referência do relatório de gestão.

**Total:** totalização dos valores das colunas Despesa com Manutenção – Imóveis e Despesa com Manutenção – Instalações, referentes aos imóveis sob responsabilidade da UJ.

### **Análise crítica**

Com relação a conservação dos imóveis, os mesmos encontram-se em bom estado de conservação.

Informamos a existência de diversos imóveis que aguardam autorização da GRPU para registro no SPIUNET, trata-se de todos os Postos de Fiscalização da PRF a margem da rodovia -"área de domínio". Os quais por não haver documentação nem registro de imóvel não podem ser regularizados sem autorização da GRPU.

Informamos que o imóvel de Guarapuava não está sendo utilizado, se não houver planejamento de utilização por parte da 7ª SPRF/PR, sugerimos a devolução ao GRPU.

Informamos também que estamos utilizando conjuntamente com o Dnit os imóveis de São José dos Pinhais – (NOE) e Ponta Grossa – Del 7/3;

Com relação ao imóvel da Delegacia de Londrina ainda não recebemos o termo definitivo da GRPU.

## 10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	12				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	10%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b> <b>Níveis de avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

**11. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL**

Quadro A.11.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG: 200118		Limite de Utilização da UG: 22.000,00			
Portador	CPF	Limite individual	Valor (R\$)		Total
			Saque	Fatura	
VALDENEI B. DOS SANTOS JUNIOR	027.799.169-23	4.000,00	0,00	944,65	944,65
PETY CONCEICAO ARAUJO	402.092.709-00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
CARLA CRISTINA FILUS	496.544.389-68	4.000,00	270,00	3.565,14	3.835,14
JOAO CARLOS DALLAROSA	553.726.519-20	5.000,00	305,00	2.048,90	2.353,90
DAVID ALVES DE SOUZA	605.579.159-53	2.000,00	245,00	0,00	245,00
ADRIANO FRASSON RIBEIRO	730.918.399-15	2.000,00	0,00	0,00	0,00
GIOVANNI BRUEL MAURER	762.403.209-00	4.000,00	710,00	1.864,10	2.574,10
Total utilizado pela UG			1.530,00	8.422,79	9.952,79
Total utilizado pela UJ			1.530,00	8.422,79	9952,79

Quadro A.11.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo

(Série Histórica)

Exercício	Saque		Fatura		Total
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2008	31	3.336,00	26	11.832,74	15.168,74
2009	8	1.170,00	10	4.891,78	6.061,78
2010	14	1.530,00	17	8.422,79	9.952,79

**B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO****DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ  
(conforme item 1 da parte B do Anexo II da DN TCU nº 107/2010)**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DIRETORIA DE PROGRAMA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
7ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/PR		200118	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, a seguinte:</p> <p>a) Falta de registro da depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2010, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.30.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li> <li>• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li> <li>• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li> </ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	09 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes  
 CONTADOR  
 Contador

Endereço: Esplanada dos Ministérios – Bloco T – Anexo II – Salas 527 e 529 - Brasília - DF – CEP 70.064-900  
 Telefone: (0xx61) 2025-9163 - Fax: (0xx61) 2025-9316

Observação: O documento original encontra-se nos autos do Processo nº 08659.003125/2011-20, referente ao Relatório de Gestão 2010 da 7ªSRPRF/PR.

Justificativa da DIPAM/CGA/DPRF, referente à ressalva da declaração do contador:

“A depreciação é realizada bem a bem. Sendo assim, só pode ser executada por meio informatizado, seguindo as regras, percentuais e vida útil previstos pela STN.

O ASI atualmente instalado no DPRF não executa tal procedimento, contudo esta funcionalidade já foi incluída no SIPAC. Sendo assim, todas as UGs do DPRF irão executar a depreciação a partir da implantação do novo sistema.

Observo que o prazo de implantação do SIPAC, inicialmente previsto para fevereiro, foi adiado em razão das dificuldades encontradas no processo de migração de dados, aí inclusos o RH, o patrimônio e protocolo. Esse procedimento é realizado por uma empresa contratada pelo DPRF. Esta empresa teve grandes dificuldades para localizar no mercado um Analista de Dados com qualificação suficiente para executar a tarefa. Este problema já foi resolvido e no momento estamos em execução do cronograma de migração, o qual tem data definida para finalização - 15/04/2011.

Após a finalização da migração e homologação do trabalho realizado, que irá requerer uma série de testes e possíveis ajustes, o sistema entrará em produção.

Em função dos exposto, todas as UGs do DPRF receberam a declaração do Contador, relativa a 2010, com a ressalva sobre a depreciação. Porém, de acordo com o relatado, está em andamento execução dos procedimentos para viabilizar a depreciação dos cerca de 160 mil bens pertencentes ao DPRF com a confiabilidade necessária.”



## C – RESULTADOS E CONCLUSÕES

Conforme demonstramos nos Relatórios de Gestão dos exercícios anteriores, a 7ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em 2009 teve um acréscimo na malha viária fiscalizada no Estado passando de 1.120 quilômetros para 3.490, chegando a 4.024 quilômetros em 2010.

Face a este incremento, os recursos não foram suficientes para atender todas as necessidades e despesas da Administração, uma vez que tivemos o aumento de 25 Unidades Operacionais. Contudo, fica demonstrado por meio do presente relatório que os resultados alcançados superam as expectativas, como pode ser observado nas tabelas do item 2.4.3 - Indicadores Institucionais, para os quais destacamos as apreensões realizadas.

Comparativamente, demonstramos que em 2010 gerimos R\$ 21.859.230,72 frente aos R\$ 9.557.089,62 geridos em 2009, ou seja, tivemos um incremento de 128,72%. Do total gerido em 2010, 48,03% correspondeu a contratação dos serviços de execução e fiscalização da construção da nova Sede da 7ª SRPRF/PR. O planejamento da construção já constava no Relatório de Gestão de 2008, ano este em que realizamos a contratação dos projetos básicos e executivos da obra, a qual somente foi possível por meio de Emenda Parlamentar e a execução trará grandes impactos administrativos para a Administração nos próximos exercícios. Tanto a estrutura administrativa disponível quanto o vulto e a complexidade da obra, exigirão um adequado acompanhamento e fiscalização visando atender aos princípios da administração pública, de legalidade, transparência, eficiência e ao interesse público.

Subtraindo os recursos destinados para a obra, em 2010 tivemos acréscimo somente de 18,86% referente ao exercício de 2009. Correspondendo a execução de R\$ 11.359.230,72, porém, desse valor, R\$ 2.852.956,54 foram executados com aquisição de material permanente: equipamentos e viaturas. E para as outras despesas correntes tivemos um acréscimo somente de 3,69%, correspondendo a R\$ 302.241,60. Sem dúvida, foi o maior orçamento gerido pela 7ª SRPRF/PR desde então, porém, contamos com a mesma equipe administrativa para realizarmos tal gestão. Tais resultados somente foram atingidos com a otimização dos recursos humanos e materiais disponibilizados e por meio dos relatórios gerenciais, possibilitando aos gestores o acompanhamento das atividades desempenhadas somado principalmente a dedicação e empenho dos Policiais Rodoviários Federais. Entretanto, atuamos no limite de nossa capacidade frente a escassez de efetivo, de recursos e à situação precária de algumas rodovias e postos de fiscalização herdados do Governo do Estado.

Ressaltamos a necessidade da realização de concursos, para área operacional e administrativa, cuja demanda tem sido reiterada desde 2009 à Direção do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e ao Ministério de Justiça.

Com a presente prestação de contas, a 7ª SRPRF/PR encerra o exercício enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã, como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, promovendo ações comprometidas com a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

MARIA ALICE NASCIMENTO SOUZA

Superintendente Regional